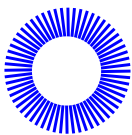


Entre a prática e a norma: atravessamentos de museologias no trabalho de consultoria no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas

Ana Paula Brito
Alane Lima
Atila Tolentino
Cosmo Galdino
Josilene Oliveira
Sandra Santana
Weverton Rodrigues

Pesquisadores

Brasil



O Memorial das Ligas e Lutas Camponesas é um sítio de memórias que prima, em sua estrutura, o trabalho com as famílias camponesas e suas contribuições para o fortalecimento da vida e da garantia de direitos e justiça social, negados pelo regime exploratório capitalista, que marginaliza as populações ribeirinhas, camponesas, quilombolas, dentre outras.

Criado em 2006, tem como missão contribuir com a afirmação da identidade do povo camponês, promovendo a preservação da memória e história das ligas e lutas camponesas brasileiras, bem como formação em educação popular, direitos humanos e agroecologia. Além do imóvel histórico, onde viveu a família de João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas, assassinado na luta pela reforma agrária, o MLLC conta com um prédio construído para atividades educativas e culturais. A instituição dispõe de uma exposição de longa duração, promove exposições temporárias e desenvolve uma série de projetos educativos e culturais. Ressalta-se que é administrado por camponesas e camponeses e, desde 2019, tem contado com uma consultoria para fortalecimento museológico.

Para desenvolver suas atividades e projetos, o MLLC realiza diversas parcerias com diferentes instituições, órgãos públicos e pesquisadores. Este artigo pretende relatar e refletir, especificamente, sobre a parceria constituída entre um grupo de consultores especializados em Museologia e em educação patrimonial e a equipe do Memorial, com vistas à elaboração do seu plano museológico, ainda em curso, e a realização de uma exposição temporária.

É um trabalho coletivo feito a muitas mãos, mentes e afetos, da mesma forma como a escritura deste artigo. Compartilhando diferentes saberes, persistindo em encontros que tenham como metodologia principal a coaprendizagem, com força, sensibilidade e resiliência. Refletindo sobre os desafios institucionais, o que seria o ideal, sem perder de vista o que seria possível, considerando as variáveis e a situação real da instituição.

As museologias no Memorial das Ligas e Lutas Camponesas da Paraíba

Qual o número do seu sapato? 35, 42, 44? Seu pé pode até calçar mais de um número, mas sempre tem um número que “assenta” melhor, não é? Pois bem. No caso do MLLC, tem muitos números que assentam bem a esses pés e a essa terra fértil para a promoção da cultura, dos direitos humanos e da agroecologia.

Poderíamos nos referir à instituição como um Ecomuseu, Museu Comunitário, Centro de Interpretação Patrimonial, Memorial, Sítio da Memória. São várias as possibilidades de nomeação. Assim, um dos desafios institucionais tem sido definir que número calça bem os pés da instituição.

A consultoria apresentou diversas instituições museológicas, nomeadas de modo diferentes, seja tendo como perspectiva teórica as definições da Museologia, e, também, definições provenientes de experiências práticas de trabalhos com musealização de memórias traumáticas.

O entendimento coletivo é que o MLLC é uma instituição museológica, reconhecida como Sítio da Memória e Consciência. Está sediado em um imóvel histórico,



vinculado a um passado de violações aos direitos humanos. Mas não se limita ao trabalho com o passado, nem à violência infligida à família do líder camponês assassinado, João Pedro Teixeira. A viúva de João, Elizabeth Teixeira, seguiu a luta do seu marido. E novas gerações de camponeses e camponesas têm seguido o exemplo de Elizabeth e de muitos mártires do campo, não registrados nos livros de história.

Em seu trabalho, o MLLC estimula o direito à memória como um direito civil fundamental, fomentando que a comunidade e o público percebam a instituição como um dispositivo social e político que abarca em suas estruturas de atuação, o direito à vida, à terra, ao pão e a todos os direitos cabíveis garantidos na Constituição Federal.

Ao assumirmos que a Museologia é uma ciência que estimula a diversidade, que dialoga com saberes de diferentes disciplinas, mas que está balizada por princípios teóricos e normativos definidos, entendemos que a museologia a ser empregada no trabalho do MLLC precisa estar cotidianamente cruzando a linha entre a norma e a prática. Não nos referimos a cortes, mas a pontes.

O projeto de consultoria

O projeto de consultoria foi apoiado pela Coalizão Internacional de Sítios de Memória e Consciência, que aportou recursos financeiros utilizados para compra de equipamentos e pagamento de bolsas para jovens da comunidade. O recurso, limitado, cobriu 06 meses de financiamento de pessoal. Nenhum consultor foi remunerado, todos atuaram de modo *ad honorem*. Registramos que isso implica uma limitação, sobretudo pela ausência de disponibilidade de tempo completo para o projeto.

Várias questões da museologia normativa estavam postas no trabalho cotidiano da instituição, ainda que sem a nomeação oficial. É preciso destacar que este

trabalho de consultoria não se limitou aos produtos a serem entregues. Nosso foco esteve na aprendizagem conjunta sobre cada uma das etapas para a qualificação do desenvolvimento institucional.

Cabe registrar o desafio da desconfiança do pesquisador usurpador – isso porque Barra de Antas, zona rural do município de Sapé/PB, onde está situado o Memorial, é uma comunidade tradicional que por anos foi explorada pela academia. Historicamente, muitos trabalhos acadêmicos e produtos como livros, filmes e documentários foram produzidos sobre as Ligas Camponesas da Paraíba e a tragédia da Família Teixeira, contando com a colaboração do acervo e dos saberes dos membros do Memorial. Mas pouca ou nenhuma contrapartida era disponibilizada para a instituição. Esse histórico de exploração intelectual foi sentido nos primeiros contatos da consultoria.

Foi um longo caminho até que a relação de parceria fosse estabelecida, sendo formalizada com a elaboração de projeto para captação de recursos, visando a elaboração do Plano Museológico e de uma exposição temporária com curadoria coletiva. As máximas “campo x cidade, saber popular x saber acadêmico” foram superadas com muito diálogo e à medida que a equipe do memorial conheceu a equipe de consultoria e seus históricos de trabalhos na defesa dos direitos humanos.

Mas antes de seguirmos, vale salientar: a reiterada exploração do saber dos povos tradicionais, da cultura ancestral, em benefício do saber letrado, com SOBRENOMES e anos, despersonaliza coletivos, que são a essência da elaboração desses saberes. É possível, e preciso, decolonizarmos nossa produção e compartilhamentos de conhecimentos.

Metodologia de construção do plano

O ponto de partida foi uma leitura coletiva do Diagnóstico Institucional feito pela diretoria da instituição, com



parceiros do Memorial em 2019. A partir dos desafios apontados, ressaltamos a importância do planejamento museológico e do potencial da instituição. Os primeiros meses foram para organização da equipe de trabalho fixo do Memorial, revisão das contratações, atribuições de cada membro e como seriam contemplados os jovens da comunidade, integrados no projeto, como pesquisadores bolsistas.

Foi um longo caminho de discussões, até que todos partilhássemos da mesma compreensão do que é, e para que serve um plano museológico. Não fazia sentido seguir discutindo cada um dos programas, se o todo não fosse algo concreto, palatável para todos da roda. É interessante registrar que não foi somente a equipe de consultores que explicou o que seria um plano museológico. A equipe do Memorial também foi buscar saber o que significava o termo e sua composição. Vimos modelos e a estrutura de outros planos museológicos, de instituições congêneres e de museus com temas completamente diferentes, para entendermos, juntas, juntos e juntes, a diversidade de possibilidades que consiste num plano museológico. Não tem regras, não precisa ser um modelo fechado, não se trata de um formulário, com caixas a serem completadas. Entendemos, juntes, que é corpo. Com muitos membros, veias, órgãos. Um mapa de um corpo vivo.

Tentamos estabelecer parcerias com instituições culturais e vinculadas ao patrimônio no estado e em escala federal, para ter mais apoio e estabelecer conexões entre a instituição e estes organismos governamentais. Mas não houve receptividade e vontade de construção coletiva. Decidimos, então, convidar especialistas em cada programa que iríamos discutir para compartilhar seus saberes teóricos e técnicos, a fim de unir com nosso conhecimento e escrita.

Nossa metodologia considerou uma escrita prévia de cada programa, em que ao menos dois membros do Grupo de Trabalho redigiram os principais pontos a

serem considerados na discussão coletiva. Essa seleção considerou a *expertise* e vivência de cada membro, relacionado com o conteúdo do programa. Uma vez redigida a base da discussão, esta era socializada com todos do GT. Então, na reunião de discussão, todos já dispunham de uma leitura prévia e já vinham ao encontro com ideias mais desenvolvidas para aportar na escrita coletiva, feita durante a reunião.

Em determinados casos, um segundo encontro foi feito com especialistas sobre o tema. Nesse encontro com o especialista temático, dividimos o momento em duas etapas: uma fala do especialista sobre o conteúdo, com perspectivas teóricas e mais atuais quanto a discussão do tema em questão, seguido de uma conversa com todos do GT, sobre como e o quê da discussão poderia ser somado ao desenho do mapa do corpo vivo do MLCC. Um terceiro encontro era para fechar a redação do programa, considerando as etapas anteriores. Nos encontros que não tiveram a participação de especialistas, foram executados os debates, complementações nos textos e revisão do texto final em duas reuniões.

Um dos desafios, considerando que ainda estamos finalizando a construção dos programas, tem sido seguir uma estrutura padrão de todos os programas; dispor de uma escrita uniforme, considerando a diversidade da escrita do texto base; e também manter um padrão nas discussões contributivas de cada especialista convidado. As discussões têm ocorrido com periodicidade quinzenal, em sua maioria no período noturno, mas tentando intercalar os horários, considerando que todos os participantes têm outras demandas profissionais e/ou de estudos.

A perspectiva é que após a finalização do trabalho do GT, teremos a colaboração de uma museóloga, que não participou do trabalho e que fará uma revisão do documento, visando sobretudo contribuir com a uniformização do texto. Após essa revisão, o GT terá um



encontro com a revisora, para discutir sobre a revisão feita, a fim de acolher ou ajustar as propostas de ajustes e, finalmente, concluir o documento.

Como explicar a “boniteza” do Plano Museológico para nossa gente?

Essa foi uma das principais discussões: simplificar termos como musealização e plano museológico. Esses são alguns dos destaques dessa vivência, uma vez que muitos termos técnicos da Museologia não atravessam o cotidiano da comunidade envolvida direta e diariamente com o MLLC.

Levamos alguns meses discutindo o que era um plano museológico, porque partimos da premissa de que o documento poderia ajudar a entender e ver esse corpo museológico. Compreendemos que, ao fazermos o plano, nos ajudaria a identificar os órgãos, as veias, os músculos e demais partes desse corpo vivo.

A importância desse entendimento considerou que a consultoria, em algum momento, irá acabar. E os membros do MLLC, tendo se apropriado de cada detalhe da construção desse corpo vivo, poderá cuidar melhor da saúde e da vida da instituição. Os camponeses integrantes do GT tornam-se agentes multiplicadores e cuidadores ativos desse grande corpo museológico.

Uma das ferramentas para compartilhar a “boniteza” do que é o plano, parafraseando o educador Paulo Freire e, atendendo à preocupação da presidenta do MLLC, foi criar um material didático, que utilizasse uma linguagem artística para dar conta de mostrar como entendemos o plano museológico que temos construído.

O material foi elaborado em formato de cordel, com poema produzido por Cosmo Galdino, camponês e membro do GT, que não apenas apresenta o que é o plano e cada programa, mas também convida todas as

gentes, especialistas ou comunidade, a contribuir com a sua construção.

O tempo como senhor de um destino não linear

Este trabalho de consultoria tem tido muitos tempos, todos eles se apresentaram e foram recebidos de modo não linear em cada etapa do projeto. Entre eles cabe destacar:

- Tempo de cada “produto” do projeto – exposição temporária e redação do plano museológico.
- Tempo das catástrofes (pessoais, estadual e mundial): covid no mundo, nascimentos, falecimentos, doenças, separações, entre outros problemas que afetaram membros da equipe. Não fingimos que os problemas não estavam acontecendo ou que não afetam o desenvolvimento do projeto, que é feito por pessoas. Aceitamos as pausas e manejamos as retomadas, mas também seguimos com discussões, mesmo sem a participação de alguns membros em períodos de maiores dores e desafios pessoais.
- Tempo das discussões, tensionamentos com as metodologias e prioridades do projeto, sobretudo por que a consultoria extrapolou a discussão dos programas e a elaboração de dois “produtos”. Em determinado momento da discussão, paramos tudo, para redigir ofícios e articular um movimento social para acolher a denúncia da construção de uma barragem, que impactaria toda a comunidade de Barra de Antas, resultando possivelmente numa inundação do MLLC e de mais de 700 famílias que vivem no território onde se localiza a instituição. Não fazia sentido discutir sobre uma exposição, se a denúncia que recebemos é que o lugar poderia ser inundado. Um trabalho museológico que não acolhe e promove a defesa da vida, não serve para nada. Por isso, fomos juntos, buscar informações com os órgãos responsáveis, nos posicionando sobre o tema. Entendemos que essa pausa foi um reforço



consciente à discussão da Museologia mundial: museu não é lugar para neutralidade. Quando o assunto é a vida e o respeito à dignidade da pessoa humana, não há abstenção justificável.

Esses tempos têm se prolongado por dois anos e nossa expectativa é que o plano seja concluído em fevereiro de 2023. São dois anos de discussão de um plano museológico e entendemos a importância de fechar esse ciclo de planejamento. Pois, ao estender tanto a discussão, não se ignora a caducidade de alguns pontos de discussão dos programas.

Museu como dispositivo de ativismo político

Os museus têm paulatinamente sido percebidos como dispositivo de ativismo político. E ao longo da consultoria, temos fortalecido esse trabalho de lutas da instituição. Agora, o Memorial se reconhece de fato como uma instituição museológica, que é viva e dinâmica, que atua ativamente na defesa de mais respeito e direitos para a população do campo.

Esse foi um dos motivos pelo qual se decidiu que a exposição seria sobre a comunidade tradicional. Ao valorizarmos e, musealizarmos, os saberes locais, historicamente negligenciada pelas políticas públicas, dificultamos a permanência do silêncio sobre os impactos da construção da barragem que alcançaria a comunidade.

A abertura da exposição *Barra de Antas: terra onde luto e dança*, teve a visita de mais de 2 mil pessoas. A exposição e o MLLC reconhecido como um Sítio de Memória e Consciência puseram em evidência que museu é dispositivo de luta política e afirmação da identidade.

Temos a preocupação em reduzir o academicismo desnecessário nos museus, e isso não significa reduzir a cientificidade. Na exposição, trouxemos uma escrita mais poética, contribuindo para a acessibilidade por um público maior. Não estávamos escrevendo um livro ou um

artigo acadêmico, por isso, tudo teve uma linguagem acessível aos mais variados públicos. Entendemos que as paredes do museu são janelas e pontes que interligam mundos e saberes diversos, que constroem sonhos e politizam as lutas.

